



# Relatório de Acompanhamento Fiscal – RAF

*Junho de 2019*

*Relatório completo [aqui](#)*

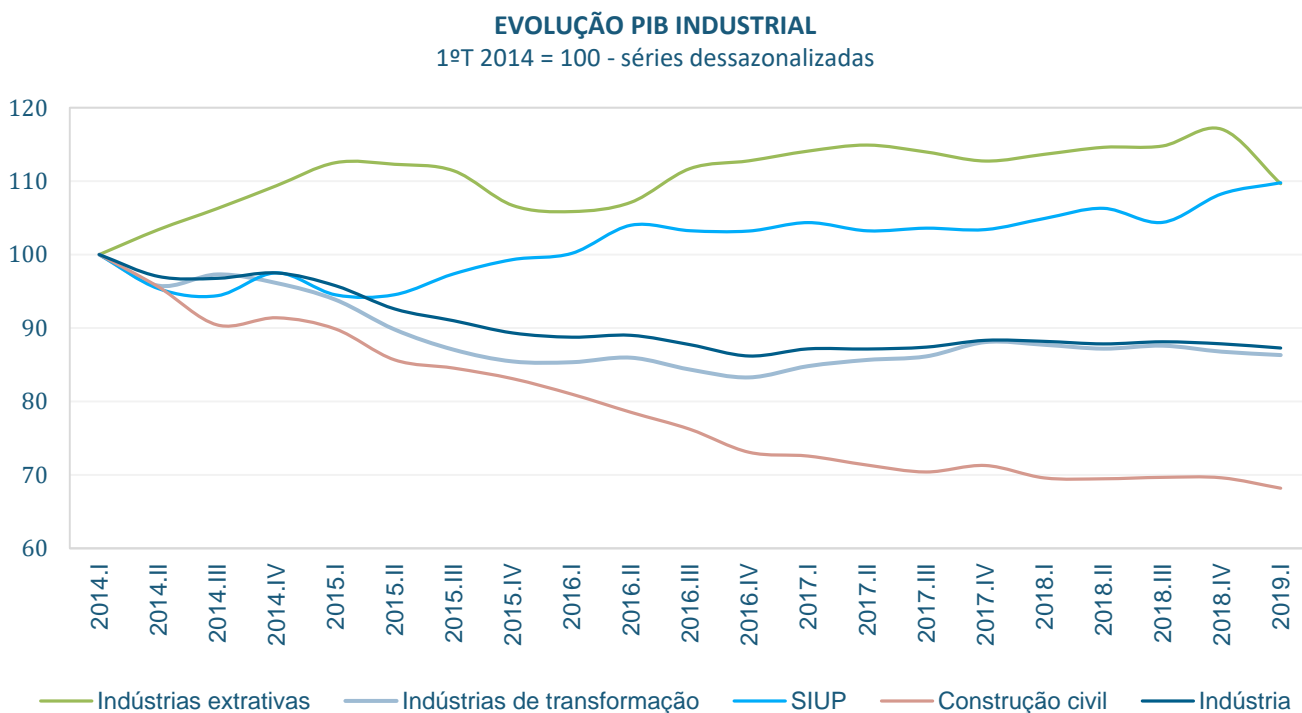
**Felipe Salto**

Diretor-Executivo da IFI

Brasília, 10 de junho de 2019

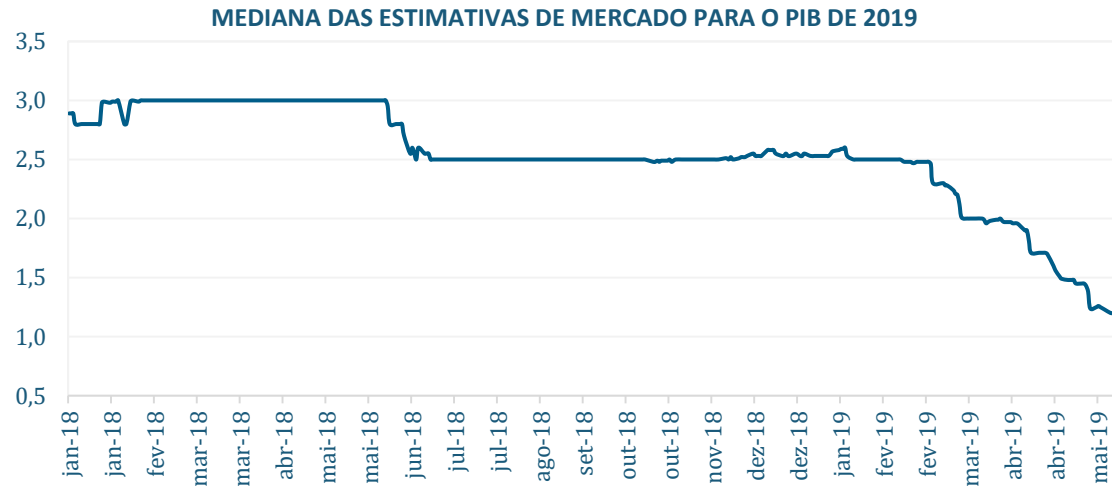
- Taxa de investimento recuou para 15,5%, patamar inferior à média histórica registrada entre 1997 e 2013 (18,6%), influenciada pela existência de elevada capacidade ociosa no parque industrial e pelo ambiente de incerteza acerca das perspectivas de recomposição do equilíbrio fiscal.
- Menor contribuição da demanda doméstica no crescimento do PIB é compatível com a persistência de elevado desemprego.
- Economia brasileira está abaixo de seu potencial, com intervalo de plausibilidade entre 6,0% e 3,6% negativos. Na ausência de espaço fiscal para reativar a demanda agregada, o debate sobre a possibilidade do Banco Central reduzir os juros se intensifica.
- No primeiro quadrimestre, receita total do governo central cresceu ligeiramente, em termos reais, graças à receita previdenciária do RGPS e às não administradas. Mas receitas administradas e a receita líquida de transferências tiveram redução no período.
- Despesa total do governo central teve redução no primeiro quadrimestre, com forte contração no gasto discricionário, principalmente investimentos. Alguns gastos obrigatórios estão desacelerando, fruto dos esforços promovidos pelo Executivo.
- A trajetória dos resultados primário e nominal do setor público consolidado continua muito negativa, refletindo as dificuldades do Executivo federal em reduzir despesas obrigatórias e o fato da desaceleração da atividade econômica prejudicar a geração de receitas administradas, fundamental para melhorar o quadro fiscal no curto prazo.
- Executivo encaminhou o PLP 149/2019 para análise do Congresso. Proposta é focada na responsabilidade fiscal dos entes subnacionais. Parte importante consiste nas contrapartidas em eventuais empréstimos contratados com aval da União.
- Contingenciamento chega a 23% do gasto discricionário da União e atinge todos os ministérios.

- PIB apresentou resultado de -0,2%, devido à queda do produto da indústria (-0,7%) e da agropecuária (-0,5%).
- Na indústria, as influências negativas no primeiro trimestre partiram dos subsetores da indústria de extração (-6,3%), transformação (-0,5%) e construção civil (-2,0%).



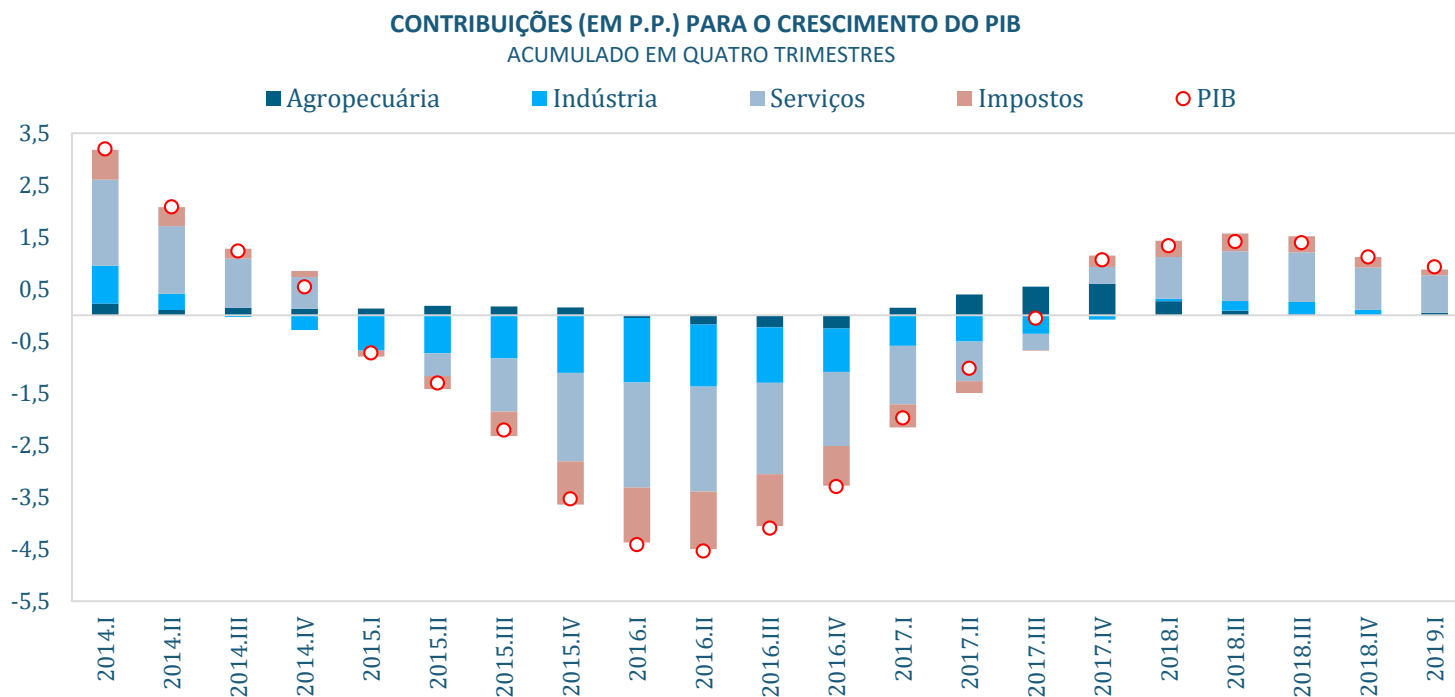
Fonte: IBGE. Elaboração: IFI.

- Resultado negativo do 1º trimestre deixou um efeito estatístico (*carry over*) de 0,2% para o restante do ano. Valor representa quanto a economia avançaria em 2019 caso permanecesse estável nos trimestres seguintes.
- Há um risco elevado de que o crescimento do PIB caminhe para o que está delineado em nosso cenário pessimista (ao redor de 1,0%).
- Estimativa do mercado para o PIB de 2019 está em 1,13%. Na ausência de uma retomada substancial da atividade produtiva nos próximos meses, é provável que o crescimento do PIB em 2019 se materialize, portanto, em magnitude próxima ou mesmo inferior à observada nos últimos dois anos (1,1%).



Fonte: Boletim Focus - Banco Central. Elaboração: IFI.

- Taxa acumulada do PIB em 4 trimestres foi de 0,9% após primeiro trimestre de 2019, refletindo o desempenho do setor de serviços (0,7 p.p.) enquanto agropecuária e indústria contribuíram relativamente pouco.
- Indústria de transformação (estável) e extrativa (+0,1 p.p.), serviços industriais de utilidade pública (+0,5 p.p.) e segmento da construção (-0,4 p.p.) seguraram a recuperação do PIB industrial.

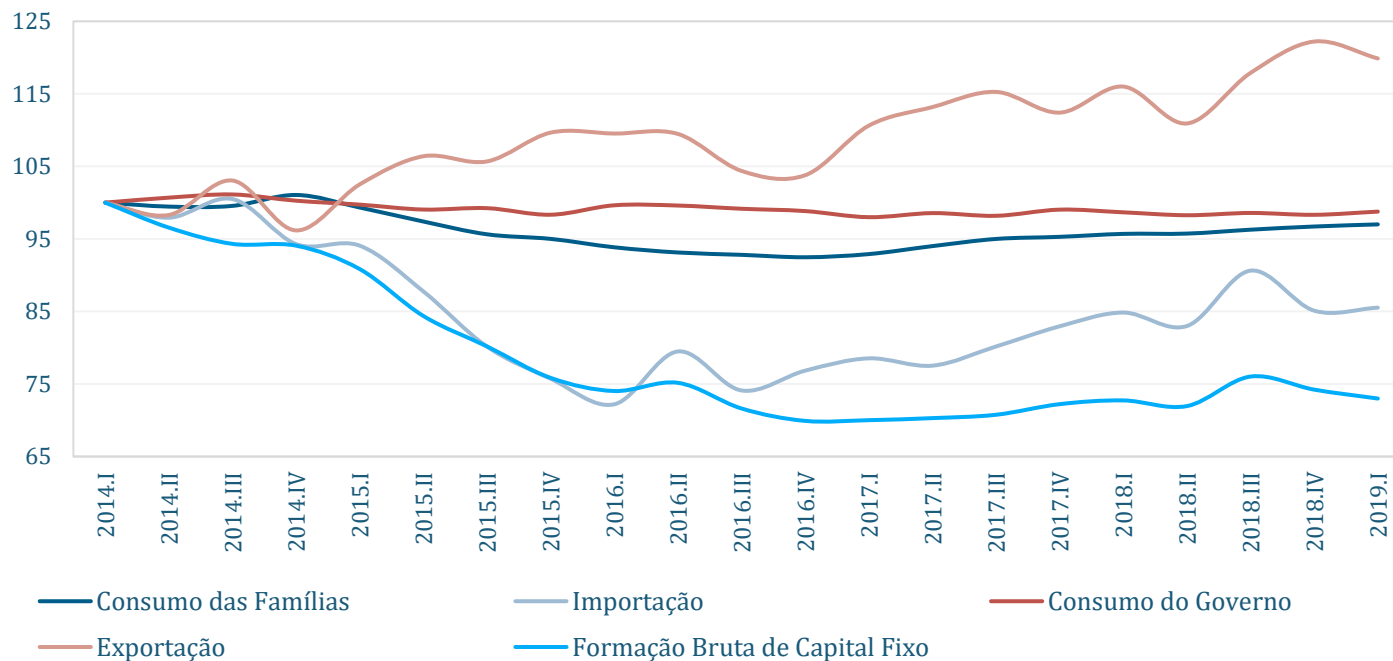


Fonte: IBGE. Elaboração: IFI.

- Sob a ótica das despesas, o consumo das famílias (0,3%) e do governo (0,4%) cresceram pouco, enquanto as exportações (-1,9%) e a formação bruta de capital fixo (-1,7%) registram perdas substanciais.

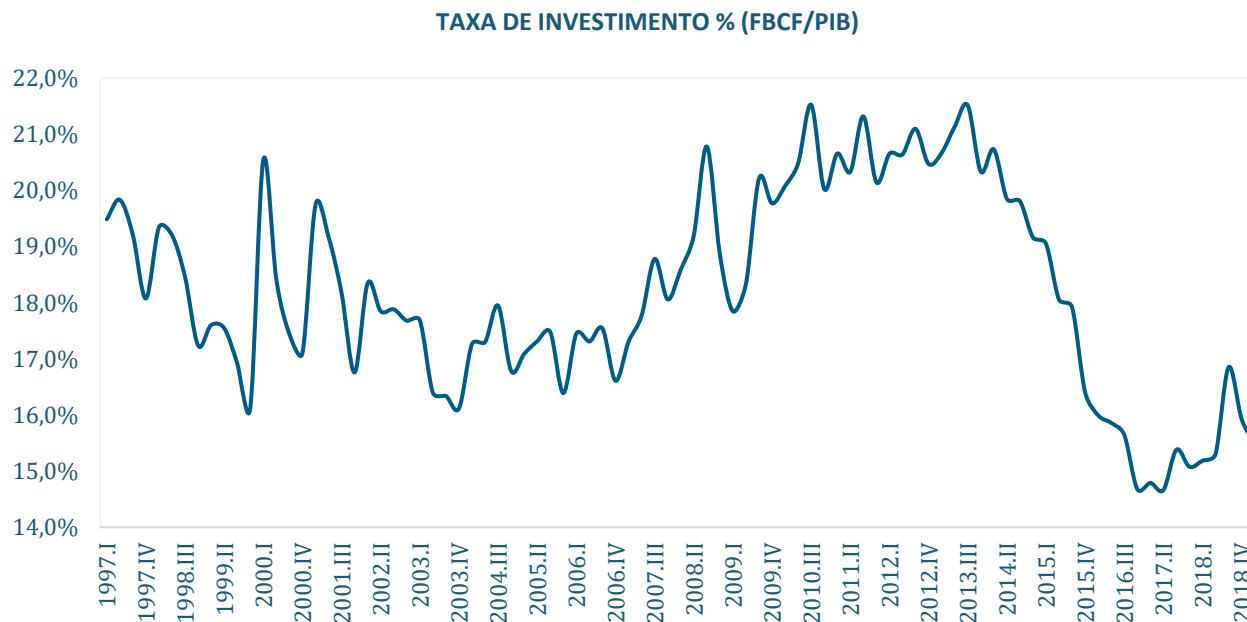
**COMPONENTES DO PIB PELA ÓTICA DA DESPESA**

1ºT 2014 = 100 - séries dessazonalizadas



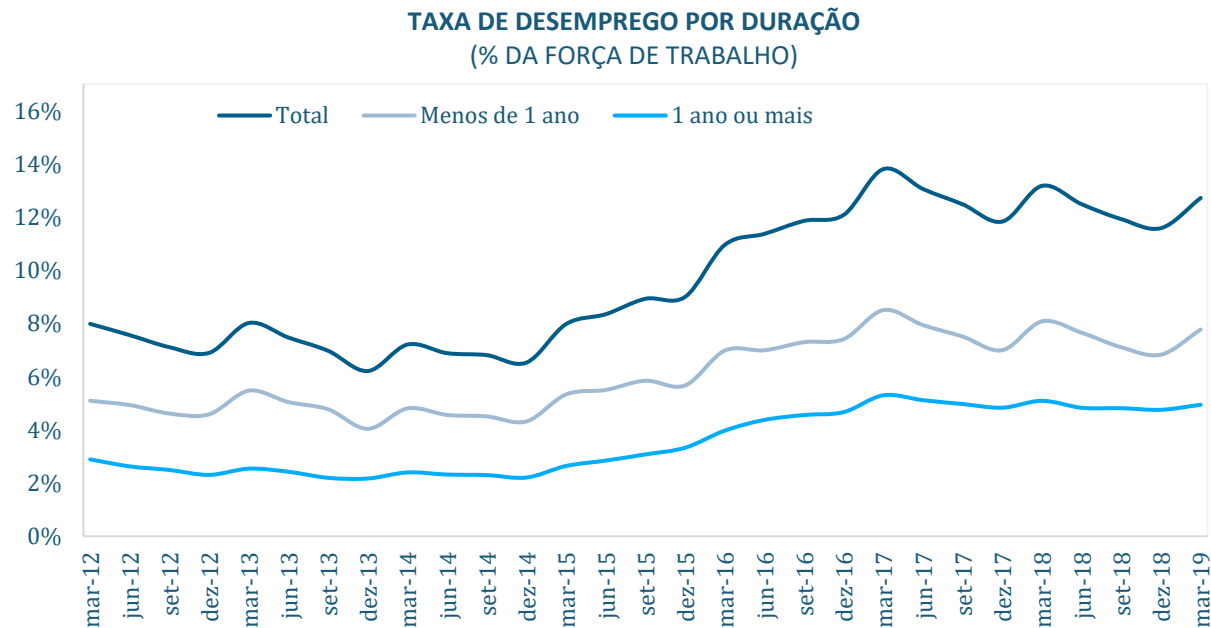
Fonte: IBGE. Elaboração: IFI.

- Taxa de investimento encontra-se em patamar muito baixo na série histórica (15,5%), sendo influenciada pela diminuição dos investimentos públicos, pela existência de elevada capacidade ociosa no parque industrial e pelo ambiente de incerteza que persiste sobre as perspectivas de equilíbrio fiscal.
- Para que a economia sustente expansão do PIB de 3% ao ano ao longo do tempo é necessário que o nível de investimento caminhe para 21% do PIB.



Fonte: IBGE. Elaboração: IFI.

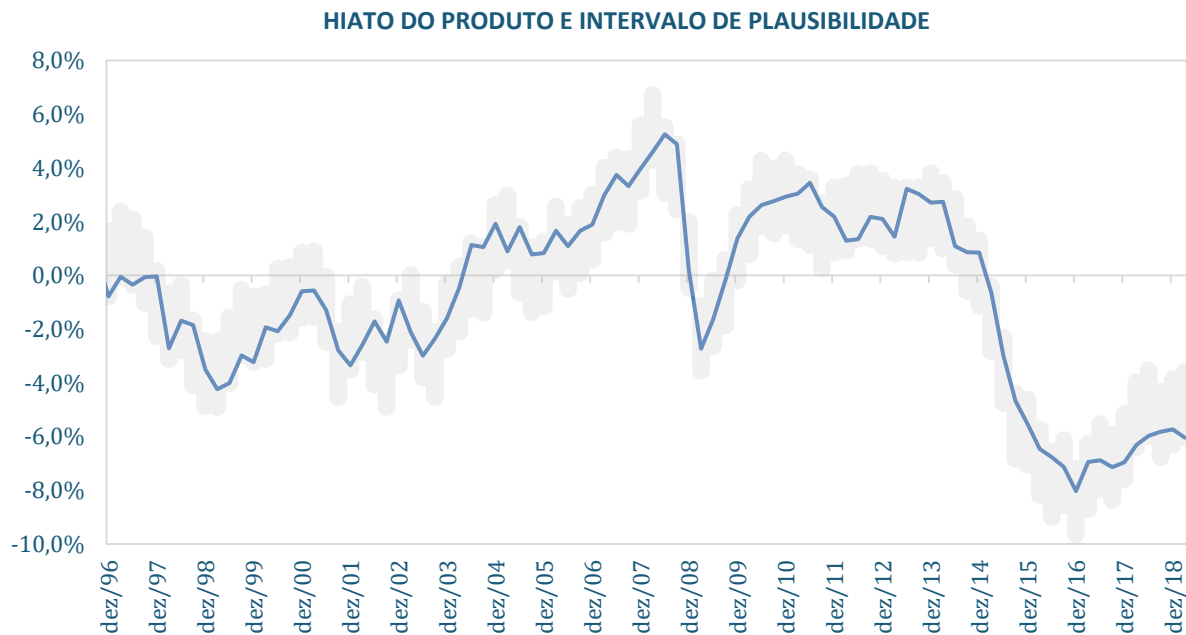
- Taxa de desemprego foi estimada em 12,7% da força de trabalho, recuando em ritmo bastante moderado, na comparação com o primeiro trimestre do ano anterior, desde o fim de 2017.
- A recuperação lenta do crescimento econômico e das contratações no mercado formal mantém elevado o tempo de permanência no desemprego (mais de um ano).



Fonte: Microdados da PNADC - IBGE. Elaboração: IFI.



- Economia opera com elevado grau de ociosidade dos fatores de produção. A indústria operou com 75,3% de sua capacidade instalada em maio, valor que é inferior à média histórica dos últimos 15 anos (80,1%).
- Provável que o hiato do produto esteja situado entre -6,0 p.p. e -3,6 p.p. no primeiro trimestre, ou seja, abaixo do seu potencial – mas sugere uma boa margem para crescimento nos próximos anos a partir do aproveitamento da ociosidade existente dos fatores.



Fonte: IFI.

- Receita total cresce 0,7% no primeiro quadrimestre de 2019, somando R\$ 534,2 bilhões. As receitas administradas tiveram contração de 1,0% em termos reais, enquanto as não administradas cresceram 6,6%.
- A análise desagregada das receitas revela a influência da atividade econômica sobre a arrecadação federal, assim como os efeitos de eventos não recorrentes e de receitas extraordinárias.

RECEITAS DO GOVERNO CENTRAL – 2016 A 2019 – ACUMULADO DE JANEIRO A ABRIL (R\$ BILHÕES CORRENTES, VAR. % REAL E % DO PIB)

|  | Jan-Abr/2016   |               |              | Jan-Abr/2017   |              |              | Jan-Abr/2018   |             |              | Jan-Abr/2019   |              |              |
|--|----------------|---------------|--------------|----------------|--------------|--------------|----------------|-------------|--------------|----------------|--------------|--------------|
|  | R\$ bi         | Var.% real    | % PIB        | R\$ bi         | Var.% real   | % PIB        | R\$ bi         | Var.% real  | % PIB        | R\$ bi         | Var.% real   | % PIB        |
| <b>Receita total</b>   | <b>448,4</b>   | <b>-5,5%</b>  | <b>22,3%</b> | <b>460,2</b>   | <b>-2,0%</b> | <b>21,8%</b> | <b>508,8</b>   | <b>7,6%</b> | <b>23,1%</b> | <b>534,2</b>   | <b>0,7%</b>  | <b>22,8%</b> |
| <i>Receitas administradas</i>                                | 281,9          | -7,4%         | 14,0%        | 293,6          | -0,5%        | 13,9%        | 330,2          | 9,4%        | 15,0%        | 340,7          | -1,0%        | 14,5%        |
| <i>Incentivos fiscais</i>                                    | 0,0            | -             | 0,0%         | 0,0            | -            | 0,0%         | 0,0            | -           | 0,0%         | 0,0            | -            | 0,0%         |
| <i>Receitas do Regime Geral de Previdência Social (RGPS)</i> | 114,1          | -6,0%         | 5,7%         | 115,4          | -3,3%        | 5,5%         | 120,8          | 1,8%        | 5,5%         | 129,2          | 2,5%         | 5,5%         |
| <i>Receitas não administradas</i>                            | 52,5           | 7,9%          | 2,6%         | 51,2           | -7,0%        | 2,4%         | 57,7           | 9,7%        | 2,6%         | 64,2           | 6,6%         | 2,7%         |
| <b>Transferências</b>  | <b>68,4</b>    | <b>-13,1%</b> | <b>3,4%</b>  | <b>76,9</b>    | <b>7,3%</b>  | <b>3,6%</b>  | <b>84,0</b>    | <b>6,3%</b> | <b>3,8%</b>  | <b>92,9</b>    | <b>6,1%</b>  | <b>4,0%</b>  |
| <b>Receita líquida</b>                                       | <b>380,0</b>   | <b>-4,0%</b>  | <b>18,9%</b> | <b>383,3</b>   | <b>-3,7%</b> | <b>18,2%</b> | <b>424,8</b>   | <b>7,8%</b> | <b>19,3%</b> | <b>441,3</b>   | <b>-0,4%</b> | <b>18,8%</b> |
| <b>PIB (R\$ bi correntes)</b>                                | <b>2.009,0</b> |               |              | <b>2.106,9</b> |              |              | <b>2.204,0</b> |             |              | <b>2.344,4</b> |              |              |

Fonte: Tesouro Nacional e Banco Central. Elaboração IFI.

- Despesas totais do Governo Central totalizaram R\$ 444,1 bilhões, uma retração de 0,8% em termos reais. Enquanto as despesas obrigatórias cresceram 0,6% e as discricionárias caíram 18,7%, evidenciando a baixa qualidade do ajuste promovido sobre o gasto, sobretudo porque penaliza os investimentos públicos.
- Despesa com pessoal crescem menos em 2019 e tende a não apresentar elevado crescimento, produzindo efeitos importantes sobre a dinâmica do resultado primário.
- A rigidez do gasto é, de certo modo, relativa. Mesmo os gastos obrigatórios podem ser contidos com a adoção de determinadas práticas, como de interromper reajustes e contratações no funcionalismo público.

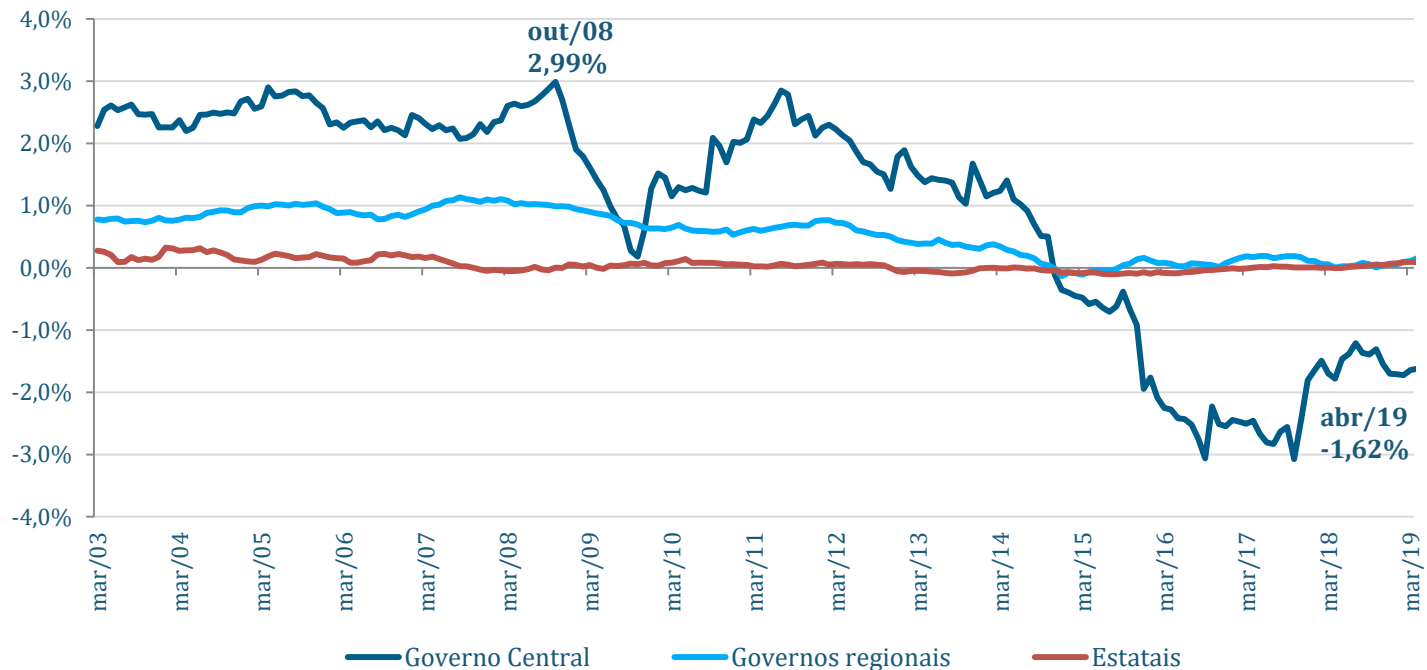
DESPESAS SELECIONADAS DO GOVERNO CENTRAL – 2016 A 2019 – ACUMULADO DE JANEIRO A ABRIL (R\$ BILHÕES CORRENTES, VAR. % REAL E % DO PIB)

|   | Jan-Abr/2016   |             |              | Jan-Abr/2017   |               |              | Jan-Abr/2018   |              |              | Jan-Abr/2019   |               |              |
|---|----------------|-------------|--------------|----------------|---------------|--------------|----------------|--------------|--------------|----------------|---------------|--------------|
|   | R\$ bi         | Var.% real  | % PIB        | R\$ bi         | Var.% real    | % PIB        | R\$ bi         | Var.% real   | % PIB        | R\$ bi         | Var.% real    | % PIB        |
| <b>Despesa total</b>                            | <b>389,7</b>   | <b>2,3%</b> | <b>19,4%</b> | <b>390,6</b>   | <b>-4,3%</b>  | <b>18,5%</b> | <b>429,0</b>   | <b>6,9%</b>  | <b>19,5%</b> | <b>444,1</b>   | <b>-0,8%</b>  | <b>18,9%</b> |
| <i>Benefícios previdenciários (RGPS)</i>        | 151,6          | 4,8%        | 7,5%         | 167,4          | 5,5%          | 7,9%         | 182,3          | 5,9%         | 8,3%         | 194,3          | 2,2%          | 8,3%         |
| <i>Pessoal (ativos e inativos)</i>              | 79,1           | -2,4%       | 3,9%         | 88,9           | 7,3%          | 4,2%         | 96,6           | 5,7%         | 4,4%         | 101,2          | 0,5%          | 4,3%         |
| <i>Abono e seguro desemprego</i>                | 22,3           | 38,8%       | 1,1%         | 21,3           | -9,0%         | 1,0%         | 20,1           | -8,1%        | 0,9%         | 21,1           | 0,9%          | 0,9%         |
| <i>Benefícios de Prestação Continuada (BPC)</i> | 16,0           | 3,8%        | 0,8%         | 17,6           | 4,8%          | 0,8%         | 18,6           | 2,8%         | 0,8%         | 19,8           | 2,2%          | 0,8%         |
| <b>Obrigatórias</b>                             | <b>348,6</b>   | <b>2,5%</b> | <b>17,4%</b> | <b>364,3</b>   | <b>-0,2%</b>  | <b>17,3%</b> | <b>398,1</b>   | <b>6,3%</b>  | <b>18,1%</b> | <b>417,9</b>   | <b>0,6%</b>   | <b>17,8%</b> |
| <b>Discricionárias</b>                          | <b>41,1</b>    | <b>0,6%</b> | <b>2,0%</b>  | <b>26,3</b>    | <b>-39,0%</b> | <b>1,2%</b>  | <b>30,9</b>    | <b>14,3%</b> | <b>1,4%</b>  | <b>26,2</b>    | <b>-18,7%</b> | <b>1,1%</b>  |
| <b>PIB (R\$ bi correntes)</b>                   | <b>2.009,0</b> |             |              | <b>2.106,9</b> |               |              | <b>2.204,0</b> |              |              | <b>2.344,4</b> |               |              |

Fonte: Tesouro Nacional e Banco Central. Elaboração IFI.

- Resultado primário do setor público consolidado registrou superávit de R\$ 6,6 bilhões (1,1% do PIB) em abril. Porém no acumulado em 12 meses, há déficit primário elevado e de difícil eliminação.
- Reversão dos déficits seria alcançada com medidas que corrijam a dinâmica do gasto, pela retomada da economia e, conseqüentemente, pela recuperação da capacidade do Executivo em gerar receitas.

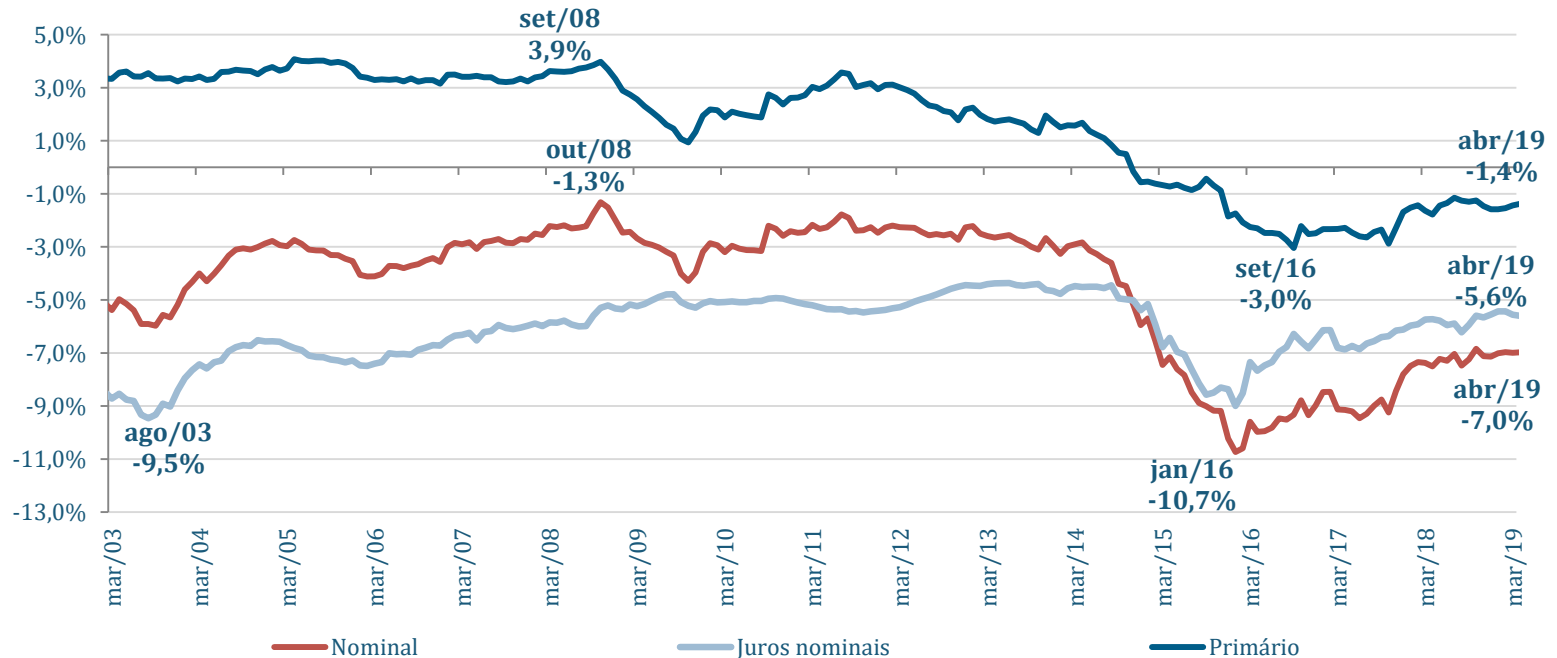
RESULTADO PRIMÁRIO DO SETOR PÚBLICO CONSOLIDADO ACUMULADO EM 12 MESES - % DO PIB



Fonte: Banco Central. Elaboração: IFI.

- Em abril, o déficit nominal somou R\$ 485,1 bilhões (-6,98% do PIB), considerando o pagamento de juros correspondente a R\$ 389,49 bilhões (-5,6% do PIB).
- A melhora no resultado nominal do setor público, de quase 4 p.p., a partir de 2016 ocorreu em função do ciclo de afrouxamento monetário pelo Banco Central.

RESULTADO PRIMÁRIO, NOMINAL E GASTOS COM JUROS ACUMULADOS EM 12 MESES (% DO PIB)



Fonte: Banco Central. Elaboração IFI.

- Foi encaminhado ao Congresso Nacional o PLP n° 149, de 2019, que estabelece o Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal (PEF), com o objetivo de promover o equilíbrio fiscal e a melhora das respectivas capacidades de pagamento dos entes estaduais e municipais.
- O PLP estabelece que o recebimento de recursos pelos entes subnacionais no âmbito do PEF exigirá a adesão ao Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal, que tem a finalidade de reforçar a transparência fiscal e coordenar políticas fiscal.
- A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) é alterada pelo §3° do art. 10 do PLP, incluindo a necessidade de apuração das despesas com pessoal na sua integralidade, isto é, incluindo o pagamento a servidores inativos e pensionistas, e considerando os vencimentos brutos dos servidores.
- Além disso, passa a ter a vedação ao titular do respectivo Poder ou órgão contrair despesa que não possa ser integralmente cumprida entro do respectivo exercício financeiro, ou que tenha parcelas a serem pagas em exercícios seguintes sem a previsão de recursos suficientes em caixa na data de encerramento de cada exercício financeiro.

- O contingenciamento de despesas em 2019 está em R\$ 32,0 bilhões, ou 23% do gasto discricionário.
- O Executivo responde por 99,3% do contingenciamento (R\$ 31,7 bilhões).

## DISTRIBUIÇÃO DO CONTINGENCIAMENTO POR PODER OU ÓRGÃO AUTÔNOMO (R\$ BILHÕES)

| Poder / Órgão                      | Base contingenciável | Participação (%) | Contingenciamento |
|------------------------------------|----------------------|------------------|-------------------|
| Executivo                          | 128.342              | 99,3             | 31.749            |
| Legislativo, Judiciário, MPU e DPU | 866                  | 0,7              | 214               |
| Total                              | 129.209              | 100,0            | 31.964            |

Fonte: Ministério da Economia (Relatórios de avaliação de receitas e despesas primárias).

- O contingenciamento do Executivo não atingiu de maneira uniforme todos os órgãos.
- No Ministério de Minas e Energia, a limitação chega a 81,4% do total de despesas discricionárias do órgão em 2019.
- Os Ministérios da Defesa e do Turismo também tiveram contingenciamentos expressivos, da ordem de 44,1% e 42,9%, respectivamente, dos seus gastos discricionários totais.
- A Saúde, em termos relativos, foi a área menos atingida pelo contingenciamento – R\$ 600 milhões, equivalente a 3% do seu gasto discricionário. Contudo, metade das emendas individuais e boa parte das emendas de bancada se destinam à Saúde. Considerando que a limitação de empenho de emendas parlamentares impositivas foi de cerca de R\$ 3,0 bilhões, algo próximo a 50% desse valor deve atingir a Saúde. Ainda assim, o percentual de contingenciamento permaneceria baixo na comparação com os demais ministérios (em torno de 7%).
- Na Educação, contingenciamento atinge cerca de um quarto das despesas discricionárias (R\$ 6,9 bilhões). Levando em conta recursos provenientes de receitas próprias, convênios ou doações das instituições federais de ensino, a limitação de empenho do MEC cai para R\$ 5,8 bilhões, ou 23,7% do seu gasto discricionário.



## DISTRIBUIÇÃO DO CONTINGENCIAMENTO DO EXECUTIVO POR ÓRGÃO (R\$ MILHÕES)

| Órgão  | LOA           | Limites de empenho |               | Contingenciamento |              |
|--|---------------|--------------------|---------------|-------------------|--------------|
|  |               | Decreto 9.741      | Decreto 9.809 | Total             | %            |
| Ministério de Minas e Energia  | 4.737         | 969                | 882           | -3.855            | -81,4        |
| Ministério da Defesa   | 13.227        | 8.119              | 7.394         | -5.833            | -44,1        |
| Ministério do Turismo  | 598           | 375                | 342           | -256              | -42,9        |
| Ministério da Educação   | 24.670        | 17.794             | 17.794        | -6.877            | -27,9        |
| Ministério da Saúde  | 20.047        | 19.447             | 19.447        | -600              | -3,0         |
| <b>Subtotal 1</b>  | <b>63.279</b> | <b>46.704</b>      | <b>45.859</b> | <b>-17.421</b>    | <b>-27,5</b> |
| Reserva para emendas impositivas   | 13.724        | 10.768             | 10.768        | -2.956            | -21,5        |
| Individuais  | 9.144         | 7.179              | 7.179         | -1.965            | -21,5        |
| Bancada  | 4.580         | 3.589              | 3.589         | -991              | -21,6        |
| <b>Subtotal 2</b>  | <b>77.003</b> | <b>57.472</b>      | <b>56.627</b> | <b>-20.377</b>    | <b>-26,5</b> |
| Autorização para ampliação dos limites                                       | 0             | 5.373              | 1.560         | 1.560             | 0,0          |
| Receitas próprias/convênios/doações de instituições federais de ensino (MEC) | 0             | 1.037              | 1.037         | 1.037             | 0,0          |
| <b>Total</b>   | <b>77.003</b> | <b>63.882</b>      | <b>59.224</b> | <b>-17.780</b>    | <b>-23,1</b> |

Fonte: Decreto nº 9.711/2019 e alterações posteriores.

- O primeiro contingenciamento do ano, em março, reduziu a previsão do gasto discricionário e, portanto, gerou quase toda a folga de R\$ 31,5 bilhões em relação ao teto. Após a reavaliação de maio, folga do teto chegou a R\$ 35,5 bilhões, semelhante à projetada pela IFI para o ano.

## TETO DE GASTOS PRIMÁRIOS EM 2019 (R\$ BILHÕES)

| Discriminação                  | LOA        | Reavaliações do Governo |             | IFI         |
|--------------------------------|------------|-------------------------|-------------|-------------|
|                                |            | Março                   | Maio*       | Maio        |
| Total de despesas primárias    | 1.713,9    | 1.684,1                 | 1.684,6     | 1.675,1     |
| Despesas não sujeitas ao teto  | 306,9      | 308,5                   | 313,1       | 304,9       |
| Despesas sujeitas ao Teto      | 1.407,0    | 1.375,6                 | 1.371,6     | 1.370,2     |
| Teto de gastos                 | 1.407,1    | 1.407,1                 | 1.407,1     | 1.407,1     |
| <b>Folga (+) / Excesso (-)</b> | <b>0,1</b> | <b>31,5</b>             | <b>35,5</b> | <b>36,9</b> |

Fonte: Relatórios de avaliação de receitas e despesas primárias (Ministério da Economia), Decreto nº 9.809/2019 e IFI (RAF de maio de 2019).

\* A estimativa para o teto de gastos no relatório bimestral de maio indica folga de R\$ 33,3 bilhões, pois não contempla o contingenciamento efetivado posteriormente pelo Decreto nº 9.809/2019. Por ser o mais provável, assumimos que o contingenciamento de R\$ 2,2 bilhões se deu em despesas sujeitas ao teto.

# Orçamento de 2019

- No cenário base, a projeção da IFI para o déficit primário do governo central em 2019 é de R\$ 139,0 bilhões (ou 1,9% do PIB).
- Nossa projeção quanto as discricionárias do Poder Executivo é superior à oficial em R\$ 6,6 bilhões (ou 6,8%), o que se deve basicamente às diferenças nas demais projeções para despesas obrigatórias e receitas – que apresentam patamar historicamente baixo. Eventual receita com a cessão onerosa pode dar algum ativo para essas despesas em 2018, mas não terá efeito sobre os anos seguintes.

## RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL EM 2019 – PROJEÇÕES OFICIAIS E IFI (R\$ BILHÕES E % PIB)

| Discriminação   | LOA            |             | Decreto 9.741<br>(Março) |             | Decreto 9.809<br>(Maio) |             | IFI<br>(Maio)  |             | IFI menos Decreto<br>9.809 |                |
|---|----------------|-------------|--------------------------|-------------|-------------------------|-------------|----------------|-------------|----------------------------|----------------|
|   | Valor          | % PIB       | Valor                    | % PIB       | Valor                   | % PIB       | Valor          | % PIB       | Valor                      | Diferença<br>% |
| <b>Receita Bruta</b>                                      | <b>1.574,9</b> | <b>21,2</b> | <b>1.545,1</b>           | <b>21,1</b> | <b>1.545,8</b>          | <b>21,3</b> | <b>1.526,7</b> | <b>21,0</b> | <b>-19,2</b>               | <b>-1,2</b>    |
| Administrada  | 961,8          | 12,9        | 950,6                    | 13,0        | 945,2                   | 13,0        | 947,1          | 13,0        | 1,9                        | 0,2            |
| Incentivos Fiscais  | 0,0            | 0,0         | 0,0                      | 0,0         | 0,0                     | 0,0         | 0,0            | 0,0         | 0,0                        | -100,0         |
| Previdenciária (RGPS)                                     | 419,8          | 5,6         | 413,1                    | 5,7         | 413,5                   | 5,7         | 418,7          | 5,8         | 5,2                        | 1,3            |
| Não Administrada  | 193,2          | 2,6         | 181,4                    | 2,5         | 187,1                   | 2,6         | 160,8          | 2,2         | -26,3                      | -14,1          |
| <b>Transferências por repartição de receita a E&amp;M</b> | <b>275,2</b>   | <b>3,7</b>  | <b>271,6</b>             | <b>3,7</b>  | <b>275,5</b>            | <b>3,8</b>  | <b>264,3</b>   | <b>3,6</b>  | <b>-11,2</b>               | <b>-4,1</b>    |
| <b>Receita Líquida</b>                                    | <b>1.299,7</b> | <b>17,5</b> | <b>1.273,5</b>           | <b>17,4</b> | <b>1.270,3</b>          | <b>17,5</b> | <b>1.262,4</b> | <b>17,3</b> | <b>-7,9</b>                | <b>-0,6</b>    |
| <b>Despesa Primária</b>                                   | <b>1.438,7</b> | <b>19,3</b> | <b>1.412,5</b>           | <b>19,3</b> | <b>1.409,1</b>          | <b>19,4</b> | <b>1.401,4</b> | <b>19,2</b> | <b>-7,7</b>                | <b>-0,5</b>    |
| Obrigatórias  | 1.169,8        | 15,7        | 1.170,0                  | 16,0        | 1.168,2                 | 16,1        | 1.155,3        | 15,9        | -13,0                      | -1,1           |
| Benefícios previdenciários                                | 637,9          | 8,6         | 631,2                    | 8,6         | 630,2                   | 8,7         | 626,1          | 8,6         | -4,1                       | -0,6           |
| Pessoal e encargos sociais                                | 324,9          | 4,4         | 326,2                    | 4,5         | 325,0                   | 4,5         | 318,6          | 4,4         | -6,4                       | -2,0           |
| Abono e Seguro desemprego                                 | 59,8           | 0,8         | 56,7                     | 0,8         | 56,8                    | 0,8         | 56,0           | 0,8         | -0,9                       | -1,5           |
| BPC   | 60,2           | 0,8         | 59,7                     | 0,8         | 59,7                    | 0,8         | 59,9           | 0,8         | 0,2                        | 0,3            |
| Demais  | 87,0           | 1,2         | 96,4                     | 1,3         | 96,6                    | 1,3         | 94,7           | 1,3         | -1,8                       | -1,9           |
| Despesas do Executivo sujeitas à programação financeira   | 268,9          | 3,6         | 242,5                    | 3,3         | 240,9                   | 3,3         | 246,1          | 3,4         | 5,2                        | 2,2            |
| Obrigatórias com controle de fluxo                        | 139,5          | 1,9         | 143,1                    | 2,0         | 143,7                   | 2,0         | 142,3          | 2,0         | -1,3                       | -0,9           |
| Discricionárias   | 129,4          | 1,7         | 99,4                     | 1,4         | 97,2                    | 1,3         | 103,8          | 1,4         | 6,6                        | 6,8            |
| <b>Resultado Primário</b>                                 | <b>-139,0</b>  | <b>-1,9</b> | <b>-139,0</b>            | <b>-1,9</b> | <b>-138,8</b>           | <b>-1,9</b> | <b>-139,0</b>  | <b>-1,9</b> | <b>-0,2</b>                | <b>0,2</b>     |

Fonte: Decreto nº 9.711/2019 (e alterações posteriores) e IFI (RAF de maio de 2019).